
EDITORIAL

Cara leitora, caro leitor,

O Tema em Destaque deste número aborda uma questão emergente no cenário educacional brasileiro, as estratégias diferenciadas para ascender ao ensino superior e, em particular, ao ensino superior público que começam a desenhar os egressos do ensino médio procedentes de segmentos da população que nunca antes tiveram acesso a esse nível de ensino. O cenário atual contrasta com o panorama dos anos 70 quando o *boom* de demanda por ensino superior foi atendido pela expansão das faculdades privadas.

Além da mobilização pelas cotas, mesclando recortes racial, de renda e de procedência da escola pública, em vários estados brasileiros detecta-se uma efervescência na criação de “cursinhos” populares e de formas alternativas de preparo de estudantes com perfil semelhante àquele que alimenta a reivindicação das cotas, com vistas ao ingresso nas instituições de ensino superior de maior prestígio.

Surpreendem os arranjos ensaiados para atender a essa nova demanda mediante parcerias inovadoras. São prefeituras, igrejas, movimentos de estudantes, movimentos identitários, Secretarias de Educação, ONGs, alunos universitários, as próprias universidades e seus professores por vezes, programas de responsabilidade social de empresas, agências internacionais de fomento, ou seja, um sem-número de atores e de entidades, mobilizados na busca de encaminhamentos que tendem a configurar, mais do que dispositivos meramente educacionais, verdadeiras políticas de juventude.

É dessas questões que tratam os artigos de Eleny Mitrulis e Sônia Penin, no caso de São Paulo, e de José Carmelo Braz de Carvalho, no do Rio de Janeiro, descortinando uma faceta ainda pouco conhecida pela academia e pelo aparato escolar do ensino médio nas redes públicas.

Dois outros textos giram em torno do problema da equidade. O artigo de Elizabeth Macedo oferece suporte teórico para as políticas multiculturais e o estudo de Marcelo Tragtenberg e equipe discute as implicações, para a população negra, do estabelecimento de cotas na universidade.

Um espectro variado de assuntos é tratado pelos demais artigos.

Uma das premissas das políticas educacionais contemporâneas é a de que elas devem assentar-se no projeto pedagógico, elaborado coletivamente pela escola, e executado em colaboração pelos atores sociais envolvidos. Monica Gather Thurler e Philippe Perrenoud, procurando ultrapassar o discurso que se limita a apregoar a cooperação entre os profissionais da escola, referem-se à necessidade de introduzir, nos processos de formação docente, abordagens que propiciem uma prática de trabalho integrado. Para tanto, indagam que identidade, que relação com os colegas e com a instituição, que competências e conhecimentos desenvolver.

Nigel Brooke discute a controversa questão da *accountability*, ou seja, da política de responsabilização da escola e de seus dirigentes pelos resultados obtidos pelos alunos. Vai às origens dessa política no exterior e examina criticamente três programas dessa natureza, desenvolvidos em diferentes estados brasileiros.

Ana Maria de Oliveira Galvão e Antônio Augusto Gomes Batista fazem uma revisão crítica do campo das relações entre a oralidade e a escrita, procurando demarcar as suas principais abordagens e o estágio em que se encontra.

Tratando de um tema pouco habitual nas revistas de educação, José Carlos Durand compara as concepções referentes à primeira escola de propaganda de São Paulo com as expectativas quanto ao que deva nortear o ensino atual de publicidade. Aponta interesses que contribuem para distanciar as agências de propaganda das faculdades.

Por fim, Emília Sardelich apresenta os conceitos que fundamentam as propostas de leitura de imagens e cultura visual para o currículo escolar, destacando aspectos afins e díspares.

Esperamos que gostem.

As Editoras